

Projeto Comunidade: Construindo Intervenções à Luz da Psicologia Social Transformativa

Área Temática de Direitos Humanos

Resumo

O Projeto ComUnidade é um projeto de psicologia comunitária que atua hoje em duas favelas de Belo Horizonte, os Aglomerados Santa Lúcia (ASL) e Morro das Pedras (AMP), o projeto concentrou-se, num primeiro momento, na realização de uma pesquisa-ação em cada comunidade, sobre as características e o funcionamento de todos os grupos e entidades que atuam em cada (aproximadamente 205 no total) e sobre as opiniões dos moradores sobre a vida comunitária. Baseado nesses dados, elaboramos uma “página” representativa de cada grupo. Ao construir sua página, o grupo pensa em sua história, seus objetivos, conquistas e desafios. A partir desse processo, estamos montando um catálogo para cada comunidade. Através da ampla distribuição desse material dentro das comunidades e para entidades governamentais e não governamentais, estaremos intervindo de forma a facilitar a cooperação dos grupos e entidades entre si, além de promover o autoconhecimento das próprias comunidades que, geralmente, desconhecem a multiplicidade de talentos e atividades que abrigam. Elaboramos também intervenções psicossociais junto a este público a fim de trabalhar a questão da transformação social mais profundamente.

Autores

Louis Ricci - Doutor em Psicologia clínica e Professor adjunto do Departamento de Psicologia - coordenador do Projeto Comunidade

Ivone Maria Mendes Silva - Bacharel em Psicologia - Bolsista do Projeto Comunidade

Instituição

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Palavras-chave: psicologia comunitária; transformação social; grupos

Introdução e objetivo

O *Projeto ComUnidade*, do Laboratório de Psicologia da Família e Comunidades, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, é apoiado pela Pró-Reitoria de Extensão da mesma instituição. O *Projeto ComUnidade* atua desde o ano 2000 em duas favelas de Belo Horizonte: o Aglomerado Santa Lúcia (ASL) e o Aglomerado Morro das Pedras (AMP) abordando a questão da violência a partir de uma perspectiva sistêmica e dentro da linha de trabalho da Psicologia Comunitária, tendo como foco o trabalho com jovens e famílias e com organizações e movimentos populares.

O Projeto está organizado em dois grupos de trabalho: Um deles realiza Intervenções clínicas através de atendimentos psicoterápicos realizados pelos participantes de um estágio curricular, *Psicoterapia Individual e Familiar com Pessoas das Favelas*, e de um estágio especial com pessoas que já passaram pelo estágio curricular; O outro grupo está voltado para intervenções que visam à facilitação da organização comunitária através da mobilização dos moradores e dos grupos e entidades atuantes nas comunidades. Com esse objetivo preparamos um Catálogo de Grupos e Entidades para cada uma das comunidades com uma página representando cada grupo (120 grupos no ASL e 100 grupos AMP) com a descrição de suas principais características. Esta página foi elaborada com a participação ativa dos

representantes de cada grupo, primeiro através de uma entrevista em que foram coletadas as informações sobre o grupo e posteriormente através de um processo de revisão das páginas a partir de encontros com os representantes, onde a página pôde ser corrigida e reestruturada de acordo com o interesse do grupo.

As atividades desses grupos de trabalho são nucleadas nas diretrizes que enfatizam planejamento participativo em todos os níveis do projeto (com todos os alunos participantes e com os moradores das comunidades), coordenadas para garantir um conjunto de intervenções organizadas e interligadas e voltadas para o objetivo principal da prevenção de violência.

Assim, na consideração das raízes da violência nas favelas, com intervenções pontuais em relação às estruturas e aos processos sociais envolvidos com essas raízes, o projeto trabalha diretamente as transformações sociais necessárias na sociedade brasileira em direção à paz, justiça, solidariedade e democracia.

O *Projeto ComUnidade* está destinado a três públicos diferentes: 1) os moradores de duas favelas em Belo Horizonte, os Aglomerados de Santa Lúcia e Morro das Pedras; 2) os graduandos e graduados da Universidade Federal de Minas Gerais e 3) o governo e os formadores de políticas públicas. Os moradores participam como sujeitos na definição das prioridades e as áreas de intervenção do projeto. As intervenções sempre visam o desenvolvimento da cidadania dos moradores, a elevação de sua auto-estima e a facilitação de sua capacidade de trabalhar coletivamente para resolver seus problemas, crescer e intervir em sua realidade concreta.

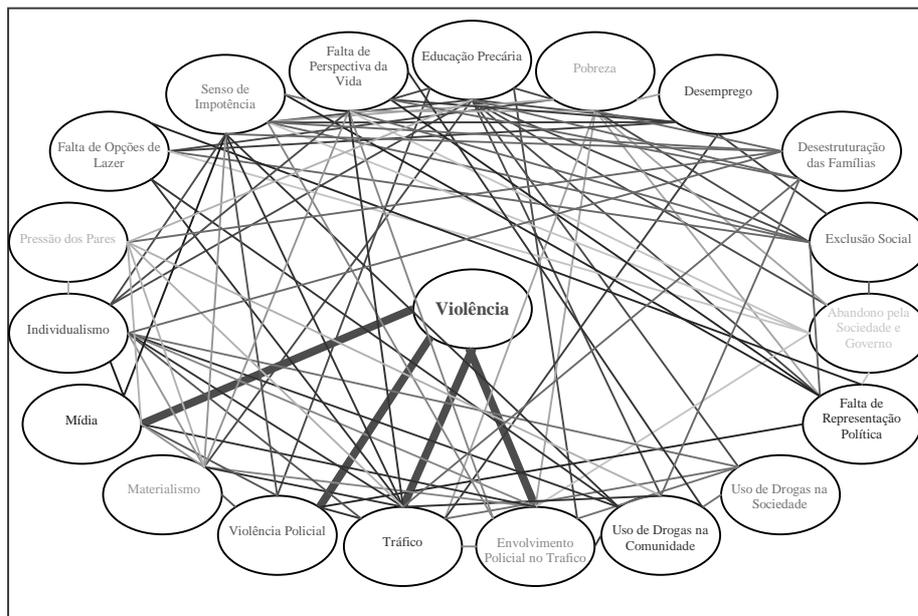
Para os graduandos e graduados que participam, o projeto é uma experiência em cidadania e práticas democráticas. Todas as decisões significativas sobre o rumo do projeto são tomadas coletivamente e é enfatizada a evolução do participante como profissional que integre conhecimento teórico e científico, capacidade técnica e ações sociais, na elaboração de uma práxis. A ênfase está na elaboração de conhecimentos possibilitadores de transformação social, a sensibilidade sistêmica aos problemas dos setores de baixa renda da população brasileira, a difusão de valores de cidadania e o treinamento de profissionais multiplicadores que possam contribuir significativamente para a mudança da sociedade.

O projeto representa uma integração significativa entre as áreas de pesquisa, ensino e extensão. Ele está sendo realizado paralelamente com o projeto de pesquisa *Projeto ComUnidade: Pesquisa-Ação, Consciência e Comunidade*. Através desse projeto de pesquisa, baseado na metodologia participativa de pesquisa-ação e pesquisa participante, levantamos informações a respeito das experiências e perspectivas dos moradores sobre a vida comunitária e sobre as características e o funcionamento dos grupos e entidades que trabalham em cada comunidade. Essas informações são usadas para facilitar as discussões nas comunidades e o planejamento e realização das intervenções do projeto de extensão.

Por um lado, a pesquisa-ação funcionou para aumentar o nível de autoconhecimento comunitário. Afinal, para se conhecer, se organizar e planejar estratégias visando o bem estar da comunidade é importante que os líderes comunitários e a comunidade, em geral, conheçam as opiniões e idéias da população mais ampla. Além disso, com o uso dos resultados da pesquisa, procuramos garantir que as intervenções planejadas sejam baseadas na realidade dos moradores e em suas necessidades e prioridades para conseguir recursos que ajudem com seu processo de organização comunitária. No *Projeto ComUnidade*, a análise sistêmica da violência que fizemos foi subsidiada, em grande parte, pela realização, primeiro, de uma pesquisa-ação. E é tomando como base esta análise sistêmica dos fatores que contribuam à violência que o projeto está organizado em frentes de intervenção nas comunidades onde trabalhamos; cada uma dessas frentes trabalhando diferentes aspectos psicossociais do problema com intervenções pontuais em relação às estruturas e aos processos sociais envolvidos com as raízes da violência.

Essa análise sistêmica de violência está representada simbolicamente na Figura 2. A figura representa não somente muitos dos fatores sociais, econômicos, políticos, psicológicos e psicossociais que contribuem ao problema de violência nos dois aglomerados, mas também indica as várias inter-relações entre esses fatores.

Figura 2. Análise Sistêmica de Violência nos Aglomerados de Santa Lucia e Morro das Pedras.



Intervenções sérias e sistêmicas, visando não somente “amenizar os efeitos” da violência, procuram abordar a teia de causas sistêmicas. O *Projeto ComUnidade*, por exemplo, se organiza em várias frentes de trabalho para intervir com a estrutura, com os processos das comunidades envolvidas e com suas relações sistêmicas com a sociedade maior. Essas frentes visam facilitar a ascensão social dos meninos e meninas das comunidades através da melhoria do sistema público de educação, a realização de cursos pré-vestibulares para pessoas de baixa renda, cursos profissionalizantes, projetos artísticos, culturais, profissionalizantes e a criação de cooperativas econômicas. O projeto também apóia a organização comunitária nas duas favelas, publicando catálogos com informações sobre todos os grupos e entidades que trabalham nas duas comunidades e facilitando a cooperação entre esses. Ele dá apoio às famílias através de atendimento clínico e a realização de oficinas nas escolas e creches, procura organizar grupos e oficinas com os policiais que trabalham nas comunidades e ajuda a realizar eventos comunitários para aumentar auto-estima dos moradores. O projeto visa realizar oficinas para ajudar os jovens a resignificar as mensagens violentas, individualistas, materialistas e consumistas passadas pela mídia e seminários e outros eventos para minimizar a exclusão social e melhor integrar as comunidades com o resto da sociedade.

Metodologia

Sendo o objetivo da Psicologia Comunitária Transformativa – referencial teórico que norteia nossas intervenções – a facilitação de processos comunitários e, em geral, a convivência em comunidade, um conceito que necessariamente está sendo construído na práxis, os tipos de intervenções utilizados têm o mesmo caráter construtivista. Em geral as

intervenções não são planejadas e implementadas pelos psicólogos que diagnosticam os problemas e realizam as intervenções. As intervenções são planejadas e realizadas em conjunto com os moradores ou participantes da comunidade, representando uma parceria profunda e respeitosa entre a perícia “técnica” do psicólogo e o conhecimento prático do morador sobre sua realidade social e a história de suas tentativas de mudá-la.

O planejamento participativo é princípio fundamental da metodologia e do espírito do trabalho do psicólogo comunitário. Representa uma atitude que comunica a profunda valorização de todos os participantes da determinada comunidade e assim, o primeiro passo no sentido de ajudá-los a sentir suas capacidades individuais e coletivas. A atitude tradicional do psicólogo como perito, como “quem sabe melhor” sobre as vidas dos próprios participantes ou moradores da comunidade é superada, não somente no sentido de facilitar a experiência de poder pessoal, mas visando questionar e não reproduzir as relações típicas de dominação e pseudo-superioridade. Isso é um ponto especialmente importante para o psicólogo que trabalha com comunidades com fortes histórias de dominação e submissão, como as comunidades das classes desfavorecidas.

Para todos os aspectos das intervenções em Psicologia Comunitária Transformativa, é essencial a capacidade do psicólogo na área da facilitação de grupos. Por isso, um dos principais referenciais por nós adotados é o método e processo em dinâmica de grupo. É necessário, não somente que o profissional saiba como trabalhar com grupos, mas que saiba também como treinar outras pessoas (membros da equipe do trabalho e membros da comunidade) na facilitação de grupos para que se tornem multiplicadores. O estudo de dinâmica de grupo vai muito além da implementação de “dinâmicas” ou “brincadeiras” que, infelizmente, é o que muitos psicólogos associam com a área. É o estudo sério dos aspectos psicológicos de quais tipos de participação e liderança facilitam, ao máximo, a capacidade de um grupo para realizar seus objetivos e, ao mesmo tempo, o crescimento psicológico de cada um dos seus membros.

Na perspectiva de Psicologia Comunitária Transformativa, estamos interessados na facilitação de processos grupais que facilitem o “empoderamento”, ou o senso de poder pessoal das pessoas dos grupos, como indivíduos e como coletividades. Interessamo-nos pela experiência de valor de cada pessoa e por um aumento de sua auto-estima, valorizando suas perspectivas, contribuições, talentos e capacidades e na evolução do nível de consciência de cada pessoa de uma consciência individualista para uma consciência do bem comum. Ao mesmo tempo, queremos facilitar a realização da tarefa do grupo da maneira mais “eficiente” possível. Apoiamos a participação de sujeitos ativos na busca de soluções para os problemas enfrentados e conscientes do seu papel como agentes transformadores de sua realidade. Assim procuramos, nos grupos, buscar novas relações com “autoridade”, facilitando a autogestão, a formação dos recursos humanos da própria comunidade e a realização de ações eficazes em cobrar as respostas responsáveis das figuras em posições de autoridade.

Nos grupos, procuramos desenvolver modelos de cooperação e tomada de decisões democráticas. O líder facilita, não dirige, sendo mais preocupado com o processo do grupo do que com o conteúdo das decisões. Almejamos o conflito criativo e a celebração de diversidade, onde todos os participantes no grupo têm espaço para ser verdadeiros, e onde a diferença é valorizada como ingrediente importante, não somente para nosso crescimento coletivo, mas para a realização de processos dialéticos, onde os conflitos possam ser transformados em sínteses mais profundas e criativas.

Permeando todos os aspectos de nossos trabalhos com grupos há uma cultura de auto-avaliação. Cada reunião de cada grupo é vista como oportunidade para profundo crescimento e aprendizagem, individualmente e sobre como trabalhar em grupos. Assim, os participantes e facilitadores têm amplas oportunidades para receber retorno interpessoal sobre sua

participação no grupo, dar retorno para os outros participantes e refletir e comunicar sobre os aspectos de sua participação e do processo grupal que possam ser aperfeiçoados.

Em consonância com esse referencial explicitaremos a seguir a metodologia utilizada especificamente em cada uma das frentes de trabalho do presente projeto.

Resultados e discussão

Baseados nessa análise e nos processos colaborativos com os moradores, propusemos para o ano de 2003 um projeto amplo de intervenção e pesquisa orientado a abordar fatores sistêmicos, psicológicos e psicossociais associados com a questão de violência nos Aglomerados de Santa Lúcia e Morro das Pedras. Este projeto visava intervir no problema da violência através de 12 frentes de trabalho que abrangeriam os fatores destacados no diagrama de análise sistêmica da violência. Entretanto, apesar de contar com um considerável número de alunos voluntários, o número de bolsistas foi insuficiente para coordenar todas as intervenções propostas para as duas comunidades. No ano de 2003 obtivemos muitos resultados positivos com os trabalhos da Frente de “Facilitação de comunicação e cooperação entre os grupos e entidades em cada comunidade” concentrados no término da construção do Catálogo de Grupos e Entidades.

Um dos trabalhos do Projeto Comunidade nos dois anos de sua atuação foi conhecer os grupos e entidades existentes nas duas comunidades (ASL e AMP). Os relatos das respostas às perguntas da entrevista já foram transformados em “páginas” com informações sobre os objetivos, atividades, público alvo, conquistas, problemas, desafios, parcerias, idéias para melhorar sua atuação e informações sobre como entrar em contato. Essas páginas foram compiladas para formar um “catalogo” para cada comunidade. Nosso objetivo atual é distribuir cópias suficientes desse catalogo de fora que haja um exemplar do mesmo em cada casa das comunidades e outros exemplares para distribuir a órgãos e entidades governamentais e não-governamentais. Recentemente, finalizamos um dos principais objetivos da proposta do Projeto de Extensão 2003 que consistia em reunir, de novo, com representantes de todos os grupos e entidades para verificar o conteúdo de cada “página” que foi produzida. Terminadas essas reuniões de “retorno” pretendemos, agora, dar continuidade ao trabalho junto aos grupos e entidades organizados das duas comunidades.

A partir da experiência adquirida até aqui, constatamos que há muitos grupos (aproximadamente 100 em cada comunidade), mas poucos mantêm articulação entre si, no sentido de desenvolverem atividades conjuntas, trabalhar em parceria ou cooperarem de alguma forma. Nesse sentido, pretendemos convocar reuniões com representantes de vários grupos que geralmente não têm muito contato entre si, que têm atividades complementares, e/ou localizam-se na mesma área geográfica do aglomerado. Participando juntos dessas reuniões, esses representantes terão oportunidade de se conhecerem melhor, verificar afinidades e organizar trabalhos em parceria, contemplando as atividades e interesses em comum ou complementares. Os temas a serem discutidos serão definidos coletivamente com os representantes no decorrer dos processos de discussão e também a partir das informações obtidas nas entrevistas já realizadas com os grupos, resumidas no catálogo de grupos e entidades. Assim, o objetivo geral dessas reuniões será facilitar a comunicação e cooperação entre os grupos que participem, tendo em perspectiva a formação de redes sociais. Trabalhamos com a base teórica de redes sociais para formar os grupos e com as teorias de dinâmica de grupo para facilitar as reuniões.

As experiências nesses grupos constituirão um aspecto essencial em relação não somente a este objetivo, mas também ao crescimento psicológico e pessoal dos participantes, no que diz respeito a sua aprendizagem sobre processos participativos e à facilitação de cooperação entre membros de um grupo ou uma equipe. Nesses momentos a troca criativa de idéias será estimulada, assim como a discussão e elaboração de experiências subjetivas.

A Frente de “Atendimento Clínico nas duas Comunidades” também obteve bons resultados atendendo casos individuais e de crianças no contexto de suas famílias. Os atendimentos, através das parcerias, fortalecem nossas relações com as duas comunidades e beneficiam à população com o acesso facilitado à psicoterapia, já que acontecem em espaços dentro das comunidades.

Considerando esta avaliação nossa proposta atual é concentrar nossas intervenções nos aspectos relacionados à organização e cooperação comunitária organizadas em quatro frentes de trabalho: Facilitação de comunicação e cooperação entre grupos e entidades; Formação de Lideranças; Círculos Locais de Organização Comunitária e Conselho Comunitário. Priorizamos essas quatro formas de intervenção por sua importância estratégica em quebrar os padrões que alimentam a violência. Partimos do pressuposto de que fortalecer os laços comunitários e facilitar a comunicação e o planejamento coletivo de ações gerando redes de mobilização, possibilitará que a própria comunidade crie alternativas e busque formas efetivas de reivindicação e ação no sentido de garantir a melhoria da qualidade de vida.

Conclusões

A maioria das ações que foram desenvolvidas de acordo a proposta de atuação do projeto nos anos de 2002 e 2003 funcionou não apenas como intervenções deliberadas em relação à prevenção ao problema da violência nas favelas mas também como indicadores para a melhor compreensão crítica da realidade onde estamos intervindo.

Muitos benefícios - alguns mais facilmente mensuráveis, outros ainda em processo - foram obtidos pelo público-alvo. Em relação aos moradores das duas comunidades, conseguimos perceber a extensão desses benefícios seja por meio dos serviços obtidos (como o acesso a atendimento psicológico, participação em eventos de dança livre) seja através de mudanças em sua participação na vida comunitária, seu posicionamento em relação a formas de se organizar para enfrentar os problemas comuns e a forma de cooperar entre si .

Algumas vezes, vivenciamos desafios no processo de mobilização, mas a percepção e registro dos êxitos, dos impactos positivos, dos bons resultados, mesmo se de pequena monta, estiveram presentes e foram importantes para realimentar o entusiasmo e o compromisso da equipe. Um exemplo disso ocorreu na organização da viabilização do atendimento clínico: vários alunos do estágio e outros participantes do Projeto ComUnidade se empenharam para criar convênios com entidades nas duas comunidades, que providenciaram salas para fazer os atendimentos e serviços secretariais para facilitar o preenchimento e entrega das fichas de inscrição. Os alunos também divulgaram o atendimento nas escolas, nas creches e em várias outras organizações comunitárias. Atualmente, contando com essas parcerias, conseguimos atender uma parcela da população em suas demandas clínicas.

Em 2002, seriedade e flexibilidade com que o projeto foi executado, de forma dinâmica e participativa, fizeram com que a proposta de trabalho se consolidasse e adquirisse maturidade para continuar conquistando bons resultados. O processo de mobilizar as comunidades e articular parcerias acabou atraindo e envolvendo, na construção de um planejamento participativo, pessoas competentes e criativas.

Com a experiência de trabalho nas comunidades, percebemos que a identidade do psicólogo deve passar pela construção de um perfil profissional que possa atender diferentes situações, como as institucionais e comunitárias e não apenas se concentrar em intervenções curativas. Nossas reflexões devem incluir, nesse sentido, uma postura crítica sobre as questões políticas e sociais presentes no contexto onde se dá a intervenção do profissional de psicologia. Fica clara a inserção social da psicologia à medida que entramos em contato com o trabalho nas comunidades e apreendemos a estreita ligação que há entre nosso papel de “promover saúde” e a transformação social propriamente dita. Em relação aos atendimentos clínicos, por exemplo, foi possível compreender como o psicólogo atento à relação entre a

subjetividade individual, as dinâmicas familiares e a violência nas comunidades poderiam ajudar, trabalhando diferentes aspectos psicossociais por meio de intervenções mais sistêmicas.

Desta forma, atentando para os reflexos do sistema social em geral na vida de cada sujeito, fica clara a necessidade de estudar a relação entre transformação individual e social. Outra consideração importante é que as mudanças devem começar no próprio psicólogo enquanto profissional, ou seja, como capaz de sustentar sua função social.

Referências bibliográficas

BRICENO-LEON, Roberto. La nueva violencia urbana de América Latina. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n° 8, jul/dez 2002, p.34-51.

RICCI, Louis. Psicologia Comunitária Transformativa. In: GUERRA, A.M.C. et al (orgs). *Psicologia Social e Direitos Humanos*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2003.

ZALUAR, Alba. Violência e educação. São Paulo: Livros do Tatu/Cortez, 1992.

_____. A globalização do crime e os limites da explicação social. In: Violência em tempo de globalização. SANTOS, José Vicente Tavares dos (Organizador). São Paulo: Hucitec, 1999.